

RESPOSTA AOS QUESTIONAMENTOS SOBRE O PL 769/15

- A epidemia de tabaco é um problema crescente, principalmente nos países em desenvolvimento, de acordo com a Organização Mundial da Saúde¹.
- A indústria do tabaco fabrica e comercializa um produto que, apesar de legalizado, é altamente viciante e causa diversas enfermidades e mortes.

PUBLICIDADE E EMBALAGENS PADRONIZADAS

- Quando a publicidade e a promoção são parcialmente proibidas, a indústria tabagista redireciona seus gastos e explora as exceções para continuar atingindo seus clientes em potencial. Uma das estratégias para atrair novos fumantes são as embalagens coloridas expostas nos pontos de venda, com apelo visual e chamativas, especialmente para um público-alvo específico: jovens e adolescentes.
- Com a adoção das embalagens padronizadas, os cigarros passam a não ter mais logotipos, design e textos promocionais. A medida está de acordo com recomendações dos artigos 11 e 13 da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco, da Organização Mundial da Saúde.
- O reconhecimento do uso da embalagem como uma forma de publicidade levou à discussão e adoção da embalagem padronizada para os produtos de tabaco, medida já aprovada na Austrália, Irlanda, Reino Unido e França e em estudo em vários países, incluindo o Brasil.
- Segundo a publicitária Regina Blessa, presidente do Instituto de Estudos do Varejo – IEV² e especialista em marketing em ponto de vendas, “existem três pontos que estimulam a curiosidade e o uso de cigarros, que são a divulgação, o acesso e a mídia espontânea. Tirando a mídia espontânea, temos dois focos de divulgação de marca: os displays nas lojas e as embalagens que estão em qualquer bolso ou lugar à vista de todos”³.
- De acordo com a especialista, as táticas de exibição de produtos de tabaco no ponto de venda devem ser reconhecidas como publicidade, que atinge não somente os jovens e crianças, mas também os adultos que tentam parar de fumar.

¹ Organização Mundial da Saúde, *Who Report on the Global Tobacco Epidemic 2013*, disponível em http://www.who.int/tobacco/global_report/2013/en/.

² Regina Blessa, doutoranda em design pela Universidade de Aveiro-Portugal, é mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo, com graduações em Propaganda e em Belas Artes, com cursos de marketing na Columbia University, Fundação Getúlio Vargas e New York University. É autora dos livros *Merchandising no Ponto-de-Venda* e *Merchandising Farma*. É presidente do Instituto de Estudos em Varejo – IEV. www.blessa.com.br www.varejonatv.com.br

³ Crianças e Jovens na Mira da Indústria do Tabaco, Aliança de Controle do Tabagismo, novembro/2015, disponível em http://www.actbr.org.br/uploads/conteudo/1047_relatorio_final_24nov.pdf

FATOS EM DESTAQUE

A organização norte americana Tobacco Free Kids⁴ estimou que a indústria do tabaco gasta US\$ 8 bilhões por ano para fazer marketing de seus produtos nos Estados Unidos e cerca de 95% deste total são gastos nos pontos de venda. Muitos estudos já provaram que as políticas que exigem que os varejistas armazenem produtos de tabaco fora da visão dos consumidores - atrás de gabinetes fechados - têm um impacto positivo na prevenção do tabagismo.

- Na América, a indústria investe a maior parte de seu marketing exatamente onde os jovens fazem compras – padarias e lojas de conveniência, sabendo que 75% dos adolescentes compram nesses pontos de venda pelo menos uma vez por semana.⁵

POSICIONAMENTO E IMPULSO DE COMPRA

- O caixa (checkout) é a única posição que tem quase 100% de trânsito garantido, pois mesmo que o consumidor não tenha comprado nada, ele é obrigado a sair por ali, tornando-o a área mais valorizada e disputada por todos os fornecedores de qualquer categoria de produto. Não por acaso é onde estão os produtos de tabaco.
- O índice de decisão de compra dentro do ponto de venda na América Latina está entre 75% a 85% (Popai 2008), isto é, a maioria das compras feitas é decidida na hora, ao visualizar o produto. Este índice, que é o maior do mundo, torna o PDV a maior vitrine para produtos e sua comunicação.

O CASO AUSTRÁLIA

- O governo australiano adotou as embalagens padronizadas de produtos de tabaco em 2010, e a medida entrou em vigor em dezembro de 2012. Em fevereiro de 2016, foi feita uma avaliação da medida pelo Escritório das Melhores Práticas em Regulamentação (Office of Best Practice Regulation - OBPR).
- De acordo com esta avaliação ⁶, houve um declínio de 25% da prevalência de fumantes no país. Artigo publicado em novembro de 2015 também evidencia redução de prevalência do tabagismo após a adoção das embalagens padronizadas⁷.
- O gráfico abaixo mostra a queda da prevalência de fumantes, mais forte depois da adoção das embalagens padronizadas.

4 Campaign for Tobacco Free Kids. Tobacco Marketing that reaches kids: point of sale advertising and promotions. Disponível em: <http://www.tobaccofreekids.org/research/factsheets/pdf/0075.pdf>.

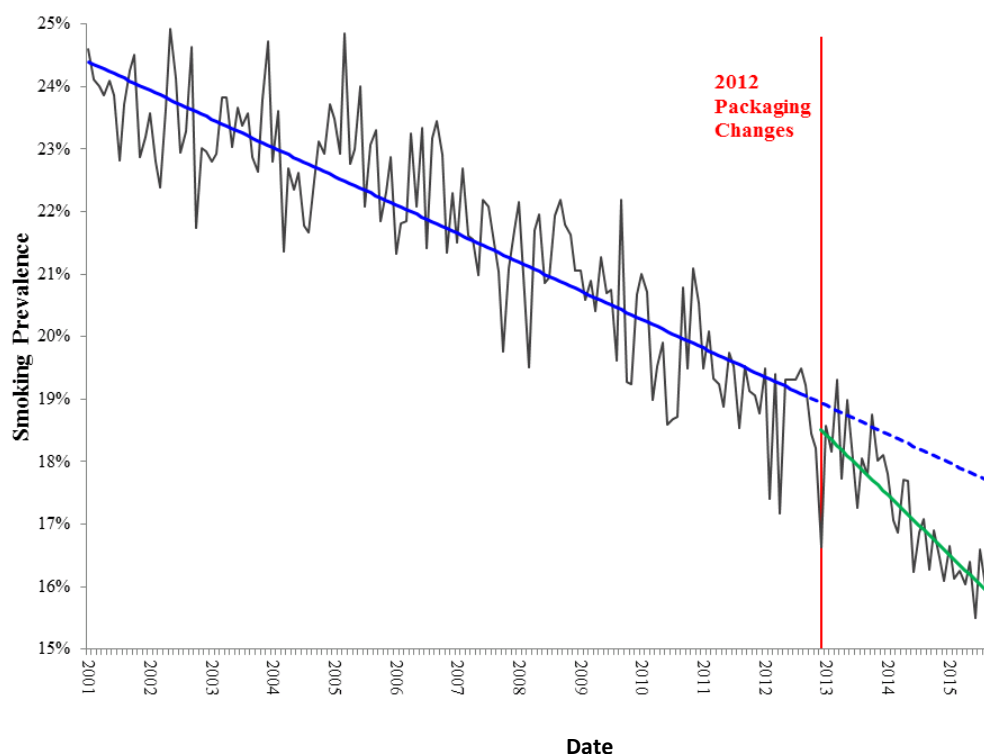
⁵ Feighery et al. The 1999 Annual Report of the Promotion Industry, PROMO Magazine Report.

⁶ Governo australiano, Gabinete do Primeiro Ministro, Escritório das Melhores Práticas em Regulamentação, disponível em <https://ris.govspace.gov.au/2016/02/26/tobacco-plain-packaging/>

⁷ Diethelm PA, Farley TM, Refuting tobacco-industry funded research: empirical data shows a decline in smoking prevalence following the introduction of plain packaging in Australia, Tob. Prev. Cessation 2015;1(November):6 DOI: 10.18332/tpc/60650

FATOS EM DESTAQUE

Figure 1: Overall Monthly Smoking Prevalence (January 2001 to September 2015)⁸



- Estima-se que se o mesmo índice de redução for aplicado ao longo de 10 anos, haverá uma economia equivalente a 273 milhões de dólares.
- Assim como no Brasil, qualquer medida adotada de controle do tabagismo leva a reações da indústria do tabaco, que direta ou indiretamente se opõe a todas elas. Na Austrália, foram usados os mesmos argumentos que vemos por aqui: vai aumentar o mercado ilegal, não terá impacto sobre o consumo, etc.
- A análise de custos e benefícios feita pelo governo australiano⁹ também abordou a questão das embalagens padronizadas e as mudanças no mercado ilícito na Austrália. A indústria do tabaco reporta que acredita que o contrabando aumentou no país tanto por conta da adoção da medida como do aumento dos impostos sobre produtos de tabaco.
- A análise do governo australiano não revelou nenhuma mudança no comportamento de fumantes que justificassem terem ido para o mercado ilegal depois da entrada em vigor das embalagens padronizadas, assim como nenhuma evidência de aumento no uso de cigarros contrabandeados.
- Há evidências suficientes, tanto na Austrália quanto internacionalmente, para concluir que os fumantes estão mais propensos a adoecer mais que os não fumantes. Segundo o governo australiano, houve ganhos de produtividade a

⁸ Ibid, Figure 1 (p. 12). Note: Data are weighted using the population weights in the RMSS data. Source: RMSS data (January 2001 – September 2015).

⁹ Governo australiano, Gabinete do Primeiro Ministro, Escritório das Melhores Práticas em Regulamentação, disponível em <https://ris.govspace.gov.au/2016/02/26/tobacco-plain-packaging/>

FATOS EM DESTAQUE

partir da adoção de embalagens padronizadas, uma vez que estas previnem a iniciação ou aumentam o número de fumantes que param de fumar.

O CONTRABANDO E A INDÚSTRIA DO TABACO

- Em matérias divulgadas pela imprensa, ficou claro que um dos argumentos dos grupos aliados à indústria do tabaco no Brasil contrários à aprovação do PL 769/15 é apontar um crescimento do mercado ilegal de produtos de tabaco.
- Em muitos países, a indústria alega que a principal causa do contrabando de cigarros é a diferença de impostos e preços dos cigarros entre os países e que uma carga tributária elevada em um país incentivaria o movimento do contrabando originado de países com menor carga tributária.
- No entanto, estudos do Banco Mundial demonstram que a proporção de consumo de cigarros ilegais é maior em países de menor renda onde os preços dos cigarros legais são baixos do que em países desenvolvidos onde os preços dos cigarros legais são altos.
- No Brasil, aumentos sucessivos dos tributos sobre cigarros a partir de 2007 e a política de preços mínimos para esses produtos estabelecida em 2011 contribuíram para queda na proporção de fumantes de 18,2% em 2008 (PETAB) para 14,7% em 2013 (PNS). A experimentação de cigarros entre adolescentes de 13 a 15 anos também caiu, de 24,2% em 2009 para 22,3% em 2012 (PeNSE). Ao mesmo tempo, houve aumento na arrecadação de impostos sobre cigarros: 2,4 bilhões de reais em 2006 para 8,6 bilhões em 2014. No entanto, esses ganhos poderiam ter sido maiores não fosse o mercado ilegal de cigarros e outros produtos de tabaco.
- A queda do número de fumantes no país foi de 30,7% nos últimos nove anos, segundo pesquisa Vigitel¹⁰. Pesquisa do Instituto Nacional do Câncer¹¹ revela que, entre os fumantes remanescentes, houve um pequeno aumento na proporção dos que consomem cigarros de origem ilegal (cresceu de 2,4% em 2008 para 3,7% em 2013). As proporções de consumo ilegal têm sido sempre mais elevadas entre os estados fronteiriços, em especial Paraná e Mato Grosso do Sul.
- A adoção de embalagens padronizadas ajudará bastante na fiscalização do mercado ilegal, pois todo cigarro que não tiver embalagem padronizada será considerado ilegal.
- Para enfrentar e combater o contrabando de cigarros, o Brasil deve assinar, ratificar e implementar o Protocolo para Eliminação do Mercado Ilegal de Produtos de Tabaco

PROTOCOLO PARA ELIMINAÇÃO DO MERCADO ILEGAL DE PRODUTOS DE TABACO

10 Número de fumantes no Brasil cai 30,7% nos últimos nove anos, Ministério da Saúde, Blog da Saúde, disponível em <http://www.blog.saude.gov.br/35568-numero-de-fumantes-no-brasil-cai-30-7-nos-ultimos-nove-anos.html>

¹¹ http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/220859_numero-de-fumantes-cai-31-em-9-anos.shtm

FATOS EM DESTAQUE

- O Protocolo para Eliminação do Mercado Ilegal de Produtos de Tabaco foi assinado por 54 países, em novembro de 2012, durante a realização da 5ª Conferência das Partes (COP5) da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT).
- Este protocolo representa um valioso instrumento para a eliminação de todas as formas de comércio ilícito de produtos de tabaco. A maioria das medidas assinaladas no documento já foram implementadas no Brasil, como o sistema SCORPIOS e a legislação que reprime os delitos de descaminho e contrabando. Essas medidas estão de acordo com artigo 15 da CQCT, que traz o reconhecimento dos países signatários de que a eliminação de todas as formas de comércio ilícito de produtos de tabaco – como o contrabando, a fabricação ilícita e a falsificação são componentes essenciais para o controle do tabagismo.
- O Protocolo já foi ratificado por 15 países, como Nicarágua, Uruguai e Equador em nossa região, Áustria, França, Espanha, Portugal e Letônia na Europa, assim como diversos países da Ásia e África. Trata-se de um instrumento legal e de cooperação internacional no combate ao comércio ilícito de cigarros e produtos afins.
- Todos os produtos de tabaco, legalizados ou não, causam graves malefícios à saúde, mas o comércio ilegal leva ainda à redução da arrecadação de impostos e ao aumento da violência e do crime organizado. Por exemplo, o setor cigarros contribuiu em aproximadamente 12 bilhões de reais em tributos federais e estaduais em 2015. Se os cerca de 30 bilhões de cigarros ilegais tivessem pago seus impostos, a arrecadação do setor público teria aumentado em 6 bilhões de reais. A implementação do Protocolo poderia contribuir em aproximadamente 4 ou 4.5 bilhões de reais aos tesouros federais e estaduais.
- A BAT, cuja subsidiária no Brasil é a Souza Cruz, declarou em seu website: “Nós sempre apoiamos publicamente o desenvolvimento do protocolo na OMS para eliminar o comércio ilícito de produtos de tabaco”. Este deve ser o caminho para o enfrentamento do problema do contrabando, e não deixar de adotar as medidas de saúde pública. No entanto, durante as negociações, representantes da indústria do tabaco desenvolveram estratégias conjuntas e individuais para interferir nas políticas relacionadas ao protocolo¹².
- Em toda discussão sobre mercado ilegal, a indústria do tabaco insiste em relembrar sua contribuição para a economia, mas jamais cita os gastos do sistema público de saúde com doenças, sofrimento e mortes. Segundo estudo da Fiocruz, os custos apenas com tratamento de 15 doenças tabaco-relacionadas, em 2011, foi de 23 bilhões de reais, três vezes o valor pago pela indústria do tabaco em impostos¹³.
- O estudo confirma cálculo do Banco Mundial, de que a cada dólar pago em

¹² The Tobacco Industry and the Illicit Trade in Tobacco Products, Framework Convention on Tobacco Control, disponível em <http://www.who.int/fctc/publications/The-Tobacco-Industry-and-the-Illicit-Trade-in-Tobacco-Products.pdf?ua=1>

¹³ Márcia Teixeira Pinto, Andrés Pichon Riviere e Ariel Bardach, Estimativa da carga do tabagismo no Brasil: mortalidade, morbidade e custos, Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2015, disponível em http://www.actbr.org.br/uploads/conteudo/1023_CUSTOS_2015.pdf

FATOS EM DESTAQUE

impostos pela indústria do tabaco, os governos gastam três vezes em tratamentos de doenças.

A QUESTÃO DA FUMICULTURA

- Ao mencionar o PL 769/15, a indústria do tabaco e seus aliados também usaram o argumento de defesa dos pequenos produtores de fumo. Este é outro argumento recorrente usado em grande parte das vezes para na verdade defender interesses da indústria. Inclusive a própria ITGA – International Tobacco Growers Association e sua filiada do Brasil, Afubra – Associação de fumicultores brasileiros, foram financiadas pela indústria do tabaco para atuar como uma voz mais legítima contra o avanço das medidas de controle do tabaco¹⁴.
- Muitas organizações de agricultores e associações que atuam na área rural, que de fato representam os interesses dos pequenos produtores, sempre apoiaram as medidas de controle do tabagismo, assim como medidas para diversificação da cultura do fumo.
- Em 2005, foi criado o Programa Nacional de Diversificação em Áreas com Produção de Fumo¹⁵, que atua na qualificação do processo de produção e de desenvolvimento nas áreas de fumicultura, assim como na perspectiva da produção ecológica, mediante a redução do uso de agrotóxicos¹⁶.
- A produção de tabaco segue o sistema de integração rural com as empresas fumageiras. O agricultor se obriga a entregar com exclusividade a sua produção e se sujeita à classificação das folhas de tabaco feita pela indústria, o que define o valor da renda obtida com o esforço do trabalho anual de sua família. O modelo de integração promove o endividamento dos agricultores num esquema de venda casada dos insumos agrícolas do pacote tecnológico. A oferta de crédito pelas fumageiras é uma estratégia de fidelização do agricultor, que contrai dívidas e se vincula durante anos, gerações inteiras às vezes, numa verdadeira servidão moderna¹⁷.
- Em janeiro de 2016, o Ministério Público do Trabalho do Rio Grande do Norte proibiu a Souza Cruz de firmar contratos de compra e venda de tabaco no Estado. A decisão foi motivada por denúncia sigilosa que revela fraude trabalhista e situação de trabalho análogo à escravidão¹⁸.

¹⁴ <http://actbr.org.br/comunicacao/noticias-conteudo.asp?cod=599>.

¹⁵ <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-projetosespeciais/programa-nacional-de-diversifica%C3%A7%C3%A3o-em-%C3%A1reas-cultivadas-com-tabaco#sthash.4Klx6s3H.dpuf>

¹⁶ Cresce diversificação em áreas de cultivo do tabaco, Ministério do Desenvolvimento Agrário,

<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/cresce-diversifica%C3%A7%C3%A3o-em-%C3%A1reas-de-cultivo-de-tabaco>

¹⁷ Apoio à Diversificação Produtiva nas Áreas Cultivadas com Tabaco, Aliança de Controle do Tabagismo e Saúde, disponível em http://actbr.org.br/uploads/conteudo/838_FS_Diversificacao.pdf.

[http://apps.who.int/gb/fctc/PDF/cop6/FCTC_COP6\(11\)-en.pdf](http://apps.who.int/gb/fctc/PDF/cop6/FCTC_COP6(11)-en.pdf) (decisão mais recente da COP6 sobre artigos 17 e 18)

¹⁸ Souza Cruz é proibida de atuar no RN por suspeita de trabalho escravo, G1, 15/1/2016, disponível em <http://www.actbr.org.br/comunicacao/noticias-conteudo.asp?cod=2749>